



Número: **0801487-85.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **11ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0801487-85**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28449 079	19/02/2020 16:43	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
28449 096	19/02/2020 16:43	<a href="#">INICIAL</a>	Informações Prestadas
28449 097	19/02/2020 16:43	<a href="#">PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Procuração
28449 649	19/02/2020 16:43	<a href="#">RG E CPF</a>	Documento de Identificação
28449 650	19/02/2020 16:43	<a href="#">COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
28449 651	19/02/2020 16:43	<a href="#">BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
28449 652	19/02/2020 16:43	<a href="#">LAUDO MÉDICO HOSPITAL DE TRAUMA</a>	Documento de Comprovação
28449 653	19/02/2020 16:43	<a href="#">PRONTUÁRIO MÉDICO HOSPITAL DE TRAUMA</a>	Documento de Comprovação
28449 654	19/02/2020 16:43	<a href="#">NEGATIVA ADMINISTRATIVA</a>	Documento de Comprovação
28449 698	19/02/2020 16:51	<a href="#">Petição</a>	Petição
28450 101	19/02/2020 16:51	<a href="#">JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS</a>	Outros Documentos
28450 102	19/02/2020 16:51	<a href="#">GUIA DE CUSTAS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas

SEGUE PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS ANEXOS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
DISTRITAL DO FÓRUM REGIONAL DE MANGABEIRA-PB

**JOSÉ ITAMIR GONÇALVES SOARES**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG 898.310 SSP/PB e inscrito no CPF sob nº 049.614.928-84, residente e domiciliado no Sítio Paraibinha, s/nº, Área Rural, Pilar-PB, vem à presença de Vossa Excelência, por seus advogados abaixo assinados, com escritório profissional sito à Avenida Coremas, nº 172, bairro Centro, João Pessoa, CEP 58.013.430 no Estado da Paraíba, propor a presente...

---

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO - DPVAT**

---

Em face da **BRADESCO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado com sede à Rua Josefa Taveira, nº 314, Mangabeira, João Pessoa/PB, CEP 58.055-000, inscrita no CNPJ sob nº 33.055.146/0001-93, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

### **1. PRELIMINARMENTE.**

#### **1.1 DA JUSTIÇA GRATUITA**

---

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, por não ter o Promovente condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento, conforme declaração acostada à presente inicial.

#### **1.2 DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL**

---

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Insta ressaltar, que o foro competente para apreciar demandas cujo objeto, seja a cobrança do seguro DPVAT, deverá ser fixado segundo o livre discernimento do Autor, conforme preconiza a Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

**Súmula 540 – STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.**

No caso em tela, a Seguradora Ré tem sua sede estabelecida na circunscrição territorial de abrangência deste Fórum Regional, com sede estabelecida no endereço acima informado.

Sendo assim, fazendo uso da faculdade que lhe confere a Súmula retro mencionada, a Promovente **REQUER SEJA FIXADA A COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO PARA APRECIAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA.**

## 1.3 DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA RÉ

O artigo 7º da Lei 6.194/74 determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório ou as diferenças não pagas.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, inclui-se a Ré.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris.

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86 do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).

“SEGURO OBRIGATÓRIO – LEGITIMIDADE PASSIVA DAS SEGURADORAS – É da responsabilidade da seguradora o pagamento de indenização à, bastando para tanto, que se comprove a existência do fato e suas consequências danosas. A nova sistemática obriga indistintamente todas as seguradoras consorciadas, integrantes da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e da capitalização. TA-PR. Ac unânime da 2ª Câmara Cível de 06/03/1996 – Ap. 87.558-3 – Rel. Juiz Roberto Costa – “A Marítima” Cia de Seguros x Cleuza Mara de Carvalho).

Portanto, resta comprovada a legitimidade passiva da Ré devendo a mesma permanecer no polo passivo da demanda, vez que a legislação de regência é expressa nesse sentido.

## **1.4 DA DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.**

Tendo em vista que a Seguradora Promovida não costuma lançar propostas de acordos sem a prévia produção de prova pericial, nos termos do artigo 334, § 5º do Novo Código de Processo Civil, o Autor, desde já manifesta, pela natureza do litígio, não ter interesse na autocomposição, sendo oportuno retardar tal tentativa, por ocasião da instrução do processo.

## **1.5 DA INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL**

Como é sabido, a pretensão de cobrança referente ao Seguro Obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

Preliminarmente, cumpre trazer ao conhecimento de V. Exa., que em 21/10/2016, o Autor ajuizou uma ação de cobrança do Seguro DPVAT, tombada sob o nº. **0852577-80.2016.8.15.2001 que tramitou perante a 11ª Vara Cível desta Capital**, porém, o Douto Juízo, extinguiu o processo sem

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

resolução do mérito por ausência de Requerimento Administrativo Prévio por parte do Demandante à época, tendo o arquivamento dos autos realizado no dia 21/08/2019.

Como se sabe, ação extinta sem julgamento do mérito, interrompe o curso do prazo prescricional do direito de ação. Sendo assim, considerando que o sinistro que vitimou o Promovente ocorreu em 20/05/2015 e que o objeto perseguido com a presente ação, almeja a integralidade da indenização negada mediante processo administrativo prévio, logo se conclui que **a pretensão ora deduzida não se encontra ceifada pelos efeitos da prescrição.**

## 2. DO ESCORÇO FÁTICO

---

No dia 11/05/2015, o Autor sofreu um acidente de trânsito quando conduzia a motocicleta de placa NPT-8161/PB, nas proximidades do Aeroporto Castro Pinto, na cidade de Bayeux-PB, momento em que, foi atingido por outro veículo de placa não identificada e, em virtude de tal fato, perdeu o controle da direção, vindo a cair sobre o solo, tendo sido socorrido e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa-PB, **conforme ocorrência policial**, anexa.

Em decorrência do referido sinistro restaram-lhe **FRATURA DO MALÉOLO LATERAL ESQUERDO + FERIMENTOS SUPERFICIAIS MULTIPLOS CID 10 V29 + S82 6.0 + T00.8**, que lhe ocasionaram sequelas definitivas consoante laudo médico da Dr<sup>a</sup>. Joacila Braga Brandão CRM – 1741/PB, e demais documentação probatória acostada aos autos.

Diante do fato acima narrado, com respaldo na Lei nº. 11.482/2007, **o Promovente formulou o pedido administrativo sob o nº. 3200041169,** perante a Seguradora Promovida, no escopo de receber a indenização que lhe é devida por força do Seguro DPVAT.

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Porém, em flagrante desrespeito aos parâmetros legais a serem observados para a graduação da invalidez sofrida e em total discrepância com a documentação hospitalar apresentada, **este teve o seu pleito INJUSTAMENTE NEGADO.**

Sendo assim, não resta outra alternativa ao Demandante, senão recorrer à via Judicial para se ver socorrida em seu direito, vez que o procedimento adotado pela Seguradora através das vias administrativas, além de ser demasiadamente moroso, não se revela como o meio mais seguro de se receber integralmente a indenização, tendo em vista que são duvidosos os critérios utilizados para o referido pagamento, fundados na mera análise superficial da documentação enviada, sem que seja realizada nenhuma perícia, onde se possa atestar o grau de debilidade apresentada pelas vítimas de acidentes de trânsito.

Desta feita, constatado que a debilidade permanente ocorreu em decorrência do acidente de trânsito noticiado no Boletim de Ocorrência anexo, faz jus a parte Autora ao recebimento da indenização do Seguro DPVAT em **montante a ser quantificado através de perícia judicial e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares**, devidamente atualizado a partir do evento danoso, acrescido de juros e correção monetária.

### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

---

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido por este em caso de invalidez permanente é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a Lei nº 6.194/74.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

## Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinheadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com





# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse caso é imprescindível que seja realizada Perícia Judicial, para adequar a invalidez do Promovente a tabela contida na Lei nº 6.194/74, para que o pagamento seja feito de forma correta e justa, em conformidade com artigo 464 do CPC, sendo essencial a designação de um especialista para uma melhor avaliação.

Sendo entendimento do Tribunal de Justiça do Ceará a necessidade da Perícia conforme ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. QUITAÇÃO. INTERESSE DE AGIR SUBSISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL DESDE 1992. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para ajuizar ação de cobrança de quantia complementar. 2. Em ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, é indispensável restar comprovado o grau da lesão para definição da quantia devida, visto que o pagamento proporcional ao dano pessoal provocado pelo acidente de trânsito é possível desde 1992, ante a alteração da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441, daquele ano. 3. Verificando o Tribunal de Justiça a necessidade de instrução processual para resolução da causa, é impossível o julgamento antecipado da apelação embasado na carência de prova, sob pena de cerceamento de defesa e violação ao princípio da bo fé objetiva. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida unicamente para firmar a convicção de que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau de invalidez permanente, com subsequente cassação da sentença e determinação de envio dos fólios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório, prejudicados os demais pontos de insurreição. (TJCE, Ap. Cível. 2414-09.2010.8.06.0056, Rel. Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado 29/08/2011, Dje 06/09/2011).

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

Sendo assim, há valor a ser recebido pelo Promovente, diante do pagamento a menor por parte da Seguradora.

## 3.1 DO DIREITO A ATUALIZAÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO

---

Ocorre, que desde a alteração da lei 6.194/74, promovida pela MP 340 de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/07 (alterando o teto de 40 salários mínimos para R\$ 13.500,00), não foram introduzidos mecanismos de correção do teto indenizatório. Reduzindo a capacidade indenizatória.

A ausência da correção do teto indenizatório implica na desvalorização do valor indenizatório.

Diante do exposto considerando a natureza eminentemente social do seguro DPVAT, tem-se como uma necessidade a respectiva atualização. O equilíbrio deve ser restabelecido.

Essa atualização faz-se necessária, visto que a mesma não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda. O valor da indenização deve ser atualizado desde a data do acidente até a data do recebimento, conforme entendimento do STJ em recurso repetitivo.

Destarte, a correção monetária é simples manutenção do valor da moeda, em face da incidência do tempo, evitando, desta forma, a sua desvalorização. Com isto não acarretará prejuízo ao segurado, bem como enriquecimento sem causa em favor da seguradora.

Neste sentido, cito a Decisão do STJ, julgada sob o rito de recurso repetitivo.

**RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art.**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(STJ - REsp: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015).

A correção é mecanismo de extrema importância e deve ser implementada. A ausência deste instrumento só beneficia a seguradora, e apesar de em alguns casos o valor ser pequeno, não deixa ainda assim de ser um direito do Beneficiário da Indenização.

## 4. DOS PEDIDOS

*Diante todo o exposto requerer:*

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao Promovente, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- b) Requer que determine a citação da Demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

- c) A procedência da ação, determinando que a parte Demandada efetue o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor correspondente a invalidez permanente no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e atualização monetária a contar da data do evento danoso;
- d) A produção de prova pericial para confirmação da debilidade permanente, observando para tanto o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita;
- e) A condenação da parte Promovida nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbenciais arbitrados por Vossa Excelência nos termos do artigo 85 do CPC;
- f) Seja fixada a competência territorial segundo os critérios estabelecidos pela Súmula 540 do Superior Tribunal de Justiça;
- g) A parte Promovente opta pela não realização de audiência de conciliação nos termos do artigo 319 inciso VII do CPC;

## DAS PROVAS

---

Protesta pela apresentação de todos os meios de provas em direito admitidos, além dos documentos acostados a essa Exordial, bem como e sobretudo, pela produção de prova pericial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 19 de Fevereiro de 2019.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**  
**OAB/PB 12.554**

**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**  
**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: João Hamil Gonçalves Soares, brasileiro (a);  
estado civil: Parado; profissão: Agricultor; portador (a) do RG  
nº 898.310, inscrito (a) no CPF sob o nº 049.614.928-84, residente e  
domiciliado (a) à Sítio Pombeiro, s/nº, Zona Rural Cidade Pilar, UF PB.

OUTORGADO(S): OS ADVOGADOS IRINA NUNES CABRAL DE PAULO – OAB/PB 12.554 e  
ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO – OAB-PB 22.742, com escritório profissional  
estabelecido à Av. Coremas, nº. 172, bairro do Centro, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba –  
CEP 58.013-430.

**FINALIDADE:** Defender os direitos e interesses do (a) outorgante, nas causas administrativas e  
judiciais em que figura no polo ativo ou passivo, em especial para representá-la junto a JUSTIÇA  
CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA.

**PODERES:** Amplos e ilimitados poderes, com a cláusula “AD JUDICIA”, a fim de, em juízo ou fora  
dele, defender os direitos e interesses do (a) Outorgante, podendo, para tanto, formular pedidos,  
assinar petições e intimações, apresentar recursos nos Tribunais competentes e acompanhá-los até  
decisão final. Poderes especiais para peticionar junto a órgãos públicos, inclusive autarquias,  
empresas públicas e mistas, podendo, ainda, confessar, desistir, acordar, discordar, transigir, firmar  
compromissos e acordos, receber e dar quitação, levantar Alvará judicial, enfim, praticar todos os  
atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, com ou  
sem reserva de poderes.

Ficam os Outorgados autorizados, desde já, a proceder ao recebimento dos honorários profissionais  
na forma do artigo 22, § 4º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

João Pessoa – PB, 13, de fevereiro de 2020.

João Hamil Gonçalves Soares  
OUTORGANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

## DECLARAÇÃO

Pelo Presente Instrumento Particular:  
João Thomaz Gonçalves Soares, brasileiro (a); estado civil: casado; profissão: Agricultor; inscrito (a) no CPF nº. 049.614.928-84, portador (a) da cédula de identidade nº 898.310, residente e domiciliado (a) na Sítio Paraibinha, s/nº, Zona Rural cidade de Pilar, UF PB.

Com fundamento no art. 1º da Lei nº 7.115/83, **declara** neste ato, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, para todos os efeitos legais, **ser pobre na acepção jurídica do termo**, enquadrando-se na concessão prevista na Lei nº 1.060/50 e posteriores alterações, pois a sua "situação econômica" não lhe permite pagar as "custas" do processo e os "honorários de advogado" **sem prejuízo do sustento próprio ou da família**.

João Pessoa - PB, 13 de Setembro de 20 20.

João Thomaz Gonçalves Soares  
DECLARANTE

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com







JOSE ANTONIO SOARES  
SIT PARAIBINHA, S/N - PILAR  
PILAR / PB CEP: 5838000 (AG: 113)

Emissão: 08/01/2019 Referência: Jan / 2019  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO B-230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-630  
Rotômetro: 3 - 12 - 109 - 1740 Nº medidor: 00000451993

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 018.141.715  
Cód. para Dib. Automático: 0000976528

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2019	08/01/2019	05/02/2019	098.321.144-20
			Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/697552-8

Canal de contato

Quer reduzir a conta de luz? Adote hábitos conscientes: não deixe a porta da geladeira aberta sem necessidade, lave e passe o máximo de roupas possível de uma só vez e não se esqueça de apagar as luzes ao sair dos ambientes.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias				
Data	Leitura	Data	Leitura							
08/12/18	19007	08/01/19	18087	1	80	33				
Demonstrativo										
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/	Valor Base Calc	Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc	Pot(R\$)	Cofins(R\$)	
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Per/Cofins(R\$)	(1,0845%)	(4,9655%)	
0801	Consumo em kWh	80,000	0,829810	48,77	48,77	25	12,44	49,77	0,53	2,48
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			6,28	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 11/2018			0,38	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 11/2018			1,02	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Cód. de Classificação do Item TOTAL 57,44 48,77 12,44 48,77 0,53 2,48

Média últimos meses (kWh) **VENCIMENTO** **TOTAL A PAGAR**

15/01/2019

Histórico de Consumo (kWh)

R\$ 57,44

80 | 71 | 88 | 84 | 60 | 62 | 58 | 51 | 48 | 56 | 58 | 57  
Jan/18 | Fev/18 | Mar/18 | Abr/18 | Mai/18 | Jun/18 | Jul/18 | Ago/18 | Set/18 | Out/18 | Nov/18 | Dez/18

RESERVADO AO FISCO

fd5e.631f.ea6c.f4ef.5227.dab3.90af.e6bc

Indicadores de Qualidade

Composição do Consumo

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	12,78	5,20	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	25,52			
DIC ANUAL	51,05			
DIC MENSAL	7,74	2,00	CONTRATADA	202
DIC TRIMESTRAL	15,48		LIMITE INFERIOR	202
DIC ANUAL	30,96		LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	8,99	3,05		
DMIC	15,20			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PE	12,18	21,21
Compra de Energia	17,37	30,24
Serviço de Transmissão	1,86	3,23
Encargos Setoriais	2,58	4,51
Impostos Diretos e Encargos	23,12	40,25
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	67,44	100,00

ATENÇÃO

Faturas em atraso

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) ao lado esteja(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 23/01/2019. Conforme Resolução 414 da ANEEL, o pagamento após essa data não elimina a possibilidade de suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas em atraso não estejam em unidade consumidora para comprovação. Caso a(s) tenha(m) efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.

Dez/18 55,83







**BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL**

Livro nº 001/2015  
Ocorrência nº. 4551/2015



Aos DEZOITO dias de JULHO de DOIS MIL E QUINZE, nesta cidade de CABEDELLO/PB, na 7ª Delegacia Distrital de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **CANROBERT RODRIGUES DE OLIVEIRA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 16h:24min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

JOSÉ ITAMIR GOÇALVES SOARES, conhecido por JOSÉ, Identidade nº 898310-SSP/PB, CPF nº 049614928-84, nacionalidade brasileiro, estado civil: casado, profissão: agricultor, filho(a) de Inácia Gonçalves Da Silva E José Antono Soares, natural de Pilar/PB, nascido(a) em 26/05/1963 (42 anos de idade), do sexo MASCULINO, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Projetada, 232, Alto Do Mateus, tendo como ponto de referência: , na cidade de JOÃO PESSOA, fone(s) para contato: (83)87466499.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) DATA DO FATO: 11 de maio de 2015;
- 3) HORÁRIO: 15h:30min;
- 4) LOCAL: VIADUTO DE BAYEUX, PRÓXIMO A ENTRADA DO AEROPORTO.

5) BREVE RESUMO DO FATO:

QUE NA DATA E HORA ACIMA CITADO, O DECLARANTE TRAFEGAVA COM SUA MOTO HONDA FAN, NO QUAL FOI ATINGIDO POR OUTRO VEÍCULO, VINDO O DECLARANTE A CAIR E FOI SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DE TRÁUMA EM JOÃO PESSOA / PB.

6) OBSERVAÇÕES:

não consta.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

*José Itamir Gonçalves Soares*  
JOSE ITAMIR GOÇALVES SOARES

Comunicante

*[Assinatura]*  
Escrivã(o)/Agente  
Matrícula nº 133220-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSE ITAMIR GONÇALVES SOARES
DATA DE NASCIMENTO	26/05/63
NOME DA MÃE	INACIA GONÇALVES DA SILVA

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	836.035
PRONTUÁRIO N.º	XXXXXX
DATA DO ATENDIMENTO	11/05/15
HORA DO ATENDIMENTO	08:25H
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DO MALÉOLO LATERAL ESQUERDO + FERIMENTOS SUPERFICIAIS MÚLTIPLOS
CID 10	V29 + S82.6.0 + T00.8

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE COLISÃO VEÍCULO X MOTO, SOCORRIDO PELO SAMU, COM QUEIXA DE DOR EM MÃO ESQUERDA, QUADRIL ESQUERDO E JOELHO ESQUERDO + FCC EM JOELHO ESQUERDO + ABRASÕES E EDEMA EM MÃO ESQUERDA + EDEMA E DOR NO 2º QDE E EDEMA + DOR NO TORNOZELO ESQUERDO. GLASGOW 15.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DA MÃO ESQUERDA.  
RX DE TORNOZELO ESQUERDO = FRATURA NO MALÉOLO LATERAL.  
RX DE JOELHO ESQUERDO = SINAIS DE GONARTROSE.  
RX DE BACIA.

### TRATAMENTO:

PACIENTE SUBMETIDO A AVALIAÇÃO COT + IMOBILIZAÇÃO COM TALA-BOTA + SUTURA DOS FCC. MEDICADO.

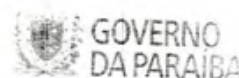
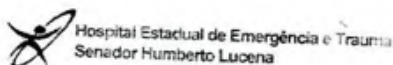
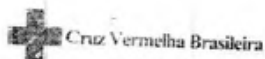
ALTA HOSPITALAR: 11/05/2015  
DATA DA EMISSÃO: 13/07/2015

  
Dr.ª Joacila Braga Brandão  
CRM: 1741/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO







ACOLHIMENTO, 0 - - CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento Emergencial: 836035

### Identificação do paciente

ID 889477	Nome JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES	Sexo Masculino
Data de nascimento 26/05/1963	Idade 51 anos 11 meses 15 dias	Estado civil CASADO(A)
Mãe INACIA GONCALVES DA SILVA	Religião NAO INFORMADA	Prontuário
Escolaridade	Pa JOSE ANTONIO SOARES	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)
DDD Móvel 83	Fone Móvel 88514768	DDD Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 898310	Fone Fixo
Local de procedência BR 230	Nº Cns	
Email	Tipo BAIRRO	UF PB
Naturalidade PILAR	CBO/R	

### Endereço

CEP 59307560	Município de residência BAYEUX	UF PB
Número SN	Complemento	Logradouro Ana Nery
		Bairro Tambay

### Admissão

Data e Hora Prevista 11/05/2015 08:25:41	Número da pulseira 3060581	Convênio SUS
Especialidade CLINICA GERAL	Clinica CLINICA TRAUMA E GERAL	
Classificação de risco VERMELHA	Origem do paciente RODOVIA	
Caráter de atendimento URGENCIA	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO

### Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou SAMU		

### Sinais Vitais

PA 121 x 61 mmHg	Pulso 69	Temperatura 37,8
---------------------	-------------	---------------------

### Exames complementares

Raio X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]	Liquor [ ]	ECG [ ]	Ultrasonografia [ ]
------------	------------	-----------	--------	------------	---------	---------------------

Dados clínicos

Diagnóstico	CID
Atendido por LARISSA LIDIA SANTOS DE FRANCA	Tempo

Imprimir

16/06/15



Ortopedia 14:40

1/4 vitruo de dentes  
metabolitos, glicose  
e de des em TVE - ~~para~~  
e de des no 2º Q. D. E

Exame:

- clama (4/4) em TVE,  
metabolitos limitados, des  
e palpacao malhada. Pedes  
e

- furoto certo cantoso no  
grelho e, e supressao  
- furoto na pessoa de  
do 2º Q. D. E

Des apresentando fx alimta-  
la do 1/3 distal do f. b. e. e

1/2 de fx do TVE  
furoto certo cantoso e  
grelho (75 Q. D. E)

Do - Talco 50 kg  
- supressao de furoto  
e de de de de de

Dr. Manoel Marques da Nobrega  
CPF: 044.943.694-20 CRM: 0888  
Ortopedia e Traumatologia

Dr. Teófilo Y...  
Méd. R. Ortopedia  
CRM-PB: 9690/RN: 7719

11/05/15 Cie Gerd  
15:40h

paciente si  
queixas abdominais ou  
torácicas

Abdomen inocente  
Auscultação normal  
Rabaciosa Normal  
Ed: liberação da Cir.  
Gera  
Já de alta da  
Ortopedia.  
Ata hospitalar

Dr. Carlos Leite  
Ortopedia  
CRM-PB 4303





## Primeiro Atendimento Médico

### PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

#### DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA

Colisão com x-moto (condutor do  
moto), Vamito, perda de consciência  
Referido dor em abd 6, quadril e  
perna e

#### EXAME PRIMÁRIO

VIAS

AÉREAS ☒ Pervas ☐ ObstruídasCERVICAL IMOBILIZADA: ☐ Sim ☒ Não

VENTILAÇÃO:

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA ☒ Sim ☐ NãoRESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☒ Sem dificuldade☐ Com dificuldade☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA☐ APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR:

1- MURMÚRIO VESICULAR

☒ Presente e normalHTD ☐ Rude☐ Diminuído☐ Ausente☒ Presente e normalHTE ☐ Rude☐ Diminuído☐ Ausente

2- RUIDOS

☐ Sim☒ Não

HTD

Roncos

Sibilos

Estertores

HTE

Roncos

Sibilos

Estertores

FR: 20 imp

SpO<sub>2</sub>: %

#### CIRCULAÇÃO

COR DA PELE:

☒ Normal ☐ Palida ☐ Cianótica☐ Preterrosa ☐ Ictérica

TEMPERATURA DA PELE

☒ Normal ☐ Quente ☐ Fria

PULSO

☒ Normal ☐ Aumentado☐ Fino ☐ Ausente

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO

☒ Regular ☐ Irregular ☐ Ausente

BULHAS

☐ Normotônicas ☐ Hipotônicas☐ Hipertônicas ☐ Ausente

SOPRO

☐ Presente ☐ Ausente

BE OU B4

☐ Sim ☐ Não

FC: bpm PA: X mmHg T: °C

ECG:

ABDOMEN:

#### DÉFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: ☐ Fotorreagente☐ Paralisadas☐ Isocóricas☐ Anisocóricas

(diferença = mm)

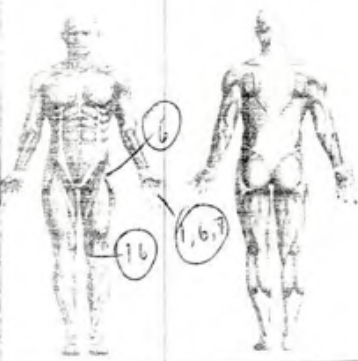
Escala de Glasgow:

ABERTURA OCULAR		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4anos)		MELHOR RESPOSTA MOTORA	
Espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	5	Obedece aos comandos	6
A solicitação verbal	3	Confuso / Chora, mas é consolável	4	Localiza a dor	5
Ao continuo estímulo	2	Palavras inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro	4
Nenhuma	1	Sons incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (decorticação)	3
		Nenhuma / Nenhuma	1	Extensão Anormal (decerebração)	2
				Nenhuma	1
TOTAL: 15					

FINGI.CC.001-1





HISTÓRIO SECUNDÁRIO																																					
ANAMNESE:	( ) Não ( ) Sim: _____																																				
TRATAMENTOS:	( ) Não ( ) Sim: _____																																				
VACINAÇÃO:	( ) Não ( ) Sim: _____																																				
DOENÇAS:	( ) Não ( ) Sim: _____																																				
ALIMENTOS INGERIDOS:	( ) Não ( ) Sim: _____																																				
LOCAL DA LESÃO	Identifique o local com o número correspondente ao lado →																																				
	<table border="0"> <tr> <td>1 Abrasão</td> <td>19 Fratura Óssea Fechada</td> </tr> <tr> <td>2 Amputação</td> <td>20 Fratura Óssea Aberta</td> </tr> <tr> <td>3 Avulsão</td> <td>21 Hematoma</td> </tr> <tr> <td>4 Contusão</td> <td>22 Ingurgitamento Nervoso</td> </tr> <tr> <td>5 Crepitação</td> <td>23 Laceração</td> </tr> <tr> <td>6 Dor</td> <td>24 Lesão Tendinea</td> </tr> <tr> <td>7 Edema</td> <td>25 Luxação</td> </tr> <tr> <td>8 Empalamento</td> <td>26 Mordedura</td> </tr> <tr> <td>9 Efisema subcutâneo</td> <td>27 Movimento torácico paradoxal</td> </tr> <tr> <td>10 Esmagamento</td> <td>28 Objeto Encravado</td> </tr> <tr> <td>11 Equimose</td> <td>29 Otorragia</td> </tr> <tr> <td>12 F. Arma Branca</td> <td>30 Paralisia</td> </tr> <tr> <td>13 F. Arma de Fogo</td> <td>31 Paresia</td> </tr> <tr> <td>14 F. Contuso</td> <td>32 Parestesia</td> </tr> <tr> <td>15 F. Cortante</td> <td>33 Queimadura</td> </tr> <tr> <td>16 F. Corto-Contuso</td> <td>34 Rinorragia</td> </tr> <tr> <td>17 F. Perfuro-Contuso</td> <td>35 Sinais de Isquemia</td> </tr> <tr> <td>18 F. Perfuro-Cortante</td> <td>36</td> </tr> </table>	1 Abrasão	19 Fratura Óssea Fechada	2 Amputação	20 Fratura Óssea Aberta	3 Avulsão	21 Hematoma	4 Contusão	22 Ingurgitamento Nervoso	5 Crepitação	23 Laceração	6 Dor	24 Lesão Tendinea	7 Edema	25 Luxação	8 Empalamento	26 Mordedura	9 Efisema subcutâneo	27 Movimento torácico paradoxal	10 Esmagamento	28 Objeto Encravado	11 Equimose	29 Otorragia	12 F. Arma Branca	30 Paralisia	13 F. Arma de Fogo	31 Paresia	14 F. Contuso	32 Parestesia	15 F. Cortante	33 Queimadura	16 F. Corto-Contuso	34 Rinorragia	17 F. Perfuro-Contuso	35 Sinais de Isquemia	18 F. Perfuro-Cortante	36
1 Abrasão	19 Fratura Óssea Fechada																																				
2 Amputação	20 Fratura Óssea Aberta																																				
3 Avulsão	21 Hematoma																																				
4 Contusão	22 Ingurgitamento Nervoso																																				
5 Crepitação	23 Laceração																																				
6 Dor	24 Lesão Tendinea																																				
7 Edema	25 Luxação																																				
8 Empalamento	26 Mordedura																																				
9 Efisema subcutâneo	27 Movimento torácico paradoxal																																				
10 Esmagamento	28 Objeto Encravado																																				
11 Equimose	29 Otorragia																																				
12 F. Arma Branca	30 Paralisia																																				
13 F. Arma de Fogo	31 Paresia																																				
14 F. Contuso	32 Parestesia																																				
15 F. Cortante	33 Queimadura																																				
16 F. Corto-Contuso	34 Rinorragia																																				
17 F. Perfuro-Contuso	35 Sinais de Isquemia																																				
18 F. Perfuro-Cortante	36																																				
QUEIMADURA: Superfície corporal lesada (regra da palma%) _____ % Grau de queimadura: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau																																					
EXAMES SOLICITADOS <input checked="" type="checkbox"/> Radiografias <input type="checkbox"/> Ultrassonografia (FAST) <input type="checkbox"/> Tomografia computadorizada																																					
PROCEDIMENTOS REALIZADOS <table border="1"> <thead> <tr> <th>CONDUTAS E PROCEDIMENTOS</th> <th>CÓDIGO</th> <th>ASSINATURA E CARIMBO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>Autópsia Imortal</i></td> <td></td> <td><i>Rodrigo Campos Monteiro</i> Urologia CRM 8067</td> </tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>		CONDUTAS E PROCEDIMENTOS	CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO	<i>Autópsia Imortal</i>		<i>Rodrigo Campos Monteiro</i> Urologia CRM 8067																														
CONDUTAS E PROCEDIMENTOS	CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO																																			
<i>Autópsia Imortal</i>		<i>Rodrigo Campos Monteiro</i> Urologia CRM 8067																																			
SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO Solicito parecer da _____ às _____ do dia _____ Solicito parecer da _____ às _____ do dia _____ DESTINO DO PACIENTE DATA DA SAÍDA: 21/05/15 HORAS: 15:40h ( ) Centro cirúrgico ( ) Transferência (unidade de saúde) ( ) Internado (setor) ( ) Alta hospitalar ( ) Decisão médica ( ) A pedido ( ) A reavalia ( ) Desistência ( ) Óbito ( ) Até 48 hs. ( ) Após 48 hs. ( ) Família ( ) IML ( ) SVO																																					
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: <i>Dr. Carlos Leite</i> ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: _____ ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL: _____																																					

F(NG).CC.001-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
CENTRO DE IMAGEM

**NOME: JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES**

**BE: 836035**

**DATA: 22/5/2015 15:58**

**DATA EXAME:11.05.15**

RX. MÃO ESQUERDA AP E OB  
ESTRUTURA E DENSIDADE ÓSSEA NORMAIS.  
AUSÊNCIA DE FRATURA.

RX. BACIA AP  
ESTRUTURA E DENSIDADE ÓSSEA NORMAIS.  
AUSÊNCIA DE FRATURA.

RX. TORNOZELO AP E P  
FRATURA NO MALÉOLO LATERAL.

RX. JOELHO ESQUERDO AP E P  
SINAIS DE GONÓARTROSE.

*Exame(s) realizado(s) com limitações técnicas por ter sido feito em caráter de urgência/emergência.  
Obs.: Sugerimos correlação clínica e laboratorial.*

98

**DR. CAIO MARIO MEDEIROS**  
**RADIOLOGISTA CRM 3645**



## **SINISTRO 3200041169 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB  
**BENEFICIÁRIO** JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES  
**CPF/CNPJ:** 04961492884

### **Posição em 17-02-2020 16:11:29**

Verificamos que este pedido de indenização foi feito após o prazo estabelecido em lei para dar entrada no Seguro DPVAT e, por esse motivo, o processo **foi negado**, conforme carta enviada para o beneficiário.





SEGUE PETIÇÃO DE JUNTADA DE GUIA DE CUSTAS



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA REGIONAL  
DE MANGABEIRA/PB

**Processo nº. 0801487-85.2020.8.15.2003**

**JOSÉ ITAMIR GONÇALVES SOARES**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, vem à presença de V. Exa., por seus advogados, em atendimento à determinação judicial requerer a juntada da **GUIA DE CUSTAS PROCESSUAIS**.

Desta feita, **reitera** o pedido de que sejam concedidos ao Autor os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, propugnando pela **PROCEDÊNCIA** da ação em todo o seu teor.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento.

João Pessoa-PB, 19 de fevereiro de 2020.

**IRINA NUNES CABRAL DE PAULO**

**OAB/PB 12.554**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcoutinhoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



# C&C | Cabral & Coutinho Advogados


**ADAILSON LUIZ DE QUEIROZ COUTINHO NETO**



**OAB/PB 22.742**

Av. Coremas, 172, Centro, sala 01/02 – João Pessoa/PB  
Fone: (83) 3506-1910/98849-5530/98876-1635/99113-0753  
E-mail: cabralcouthoadvogados@gmail.com/ccf.advs@gmail.com



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.15410/01
			Data de emissão: 19/02/2020
Nº do Processo: 0801487-85.2020.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.615410      Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.318,01
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000139 180109283184 520200229208 012015410017 			Valor final: R\$ 1.318,01

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.15410/01
			Data de emissão: 19/02/2020
Nº do Processo: 0801487-85.2020.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.615410      Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,51
<b>Promovente:</b> JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 - 1x Citação (MANGABEIRA I - VII) R\$ 83,96			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.318,01
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.318,01

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.15410/01
			Data de emissão: 19/02/2020
Nº do Processo: 0801487-85.2020.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.615410      Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 <b>Promovente:</b> JOSE ITAMIR GONCALVES SOARES - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais com mandados: R\$ 83,96 <b>Promovido:</b> BRADESCO SEGUROS S/A - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.318,01
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000139 180109283184 520200229208 012015410017 			Valor final: R\$ 1.318,01

